

Aos **20 (vinte) dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e um (2.021)**, às 14h30min, por meio da plataforma eletrônica Cisco Webex, reuniram-se para analisarem as informações do Relatório de desempenho do Plano de Logística Sustentável - 2020, os membros da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável, os (as) senhores (as): excelentíssima Desembargadora-Presidente Ângela Maria Ribeiro Prudente, o gestor do programa TO SUSTENTÁVEL, excelentíssimo Desembargador Pedro Nelson de Miranda Coutinho, Glacielle Borges Torquato (Chefe de Gabinete da Presidência), Kênia Cristina Oliveira (Chefe de Gabinete da CGJUS), Spencer Vampré, Maria das Dores e Leila Maria de Souza Jardim. Ausência justificada das servidoras Agnes Souza da Rosa e Débora Regina Honório Galan. Ausente o membro, Luciano Lima de Oliveira.

Como convidados participaram: Jonas Demóstene Ramos - Diretor Geral, Rogério José Canalli - Diretor de Infra-Estrutura e Obras, Antônio José Ferreira de Rezende - Diretor Administrativo, Kézia Reis de Souza - Diretora do Centro de Comunicação Social, Wallson Brito da Silva - Coordenador de Gestão Estratégica, Estatística e Projetos, Ronilson Pereira da Silva - Diretor Administrativo e a servidora do Núcleo de Gestão Socioambiental Patrícia Urcino Idehara.

A excelentíssima desembargadora Ângela Prudente, iniciou os trabalhos observando que se tratava da primeira reunião realizada no ano de 2021 e a última da gestão do desembargador Helvécio de Brito Maia Neto, a quem externou seus agradecimentos pelo apoio aos trabalhos da Comissão Gestora do PLS e do Núcleo de Gestão Socioambiental. Registrou, que sem sua contribuição não teria sido possível avançar na execução do Plano de Logística Sustentável e alcançar resultados positivos na implementação da Política socioambiental, no período de 2019 e 2020.

Saudou nominalmente a todos os membros da Comissão Gestora e registrou agradecimentos pelo empenho nos trabalhos da Comissão, em especial, ao desembargador Pedro Nelson de Miranda Coutinho, ressaltando a importância de sua atuação como precursor na instituição da Política socioambiental neste Poder.

Agradeceu ao Diretor Geral, doutor Jonas Demóstene, observando que sob sua supervisão as execuções das ações fluíram com rapidez e eficiência de modo que impactou positivamente nos resultados obtidos.

Cumprimentou, nominalmente, aos demais presentes e agradeceu aos magistrados, magistrados diretores dos Foros, diretores administrativos, servidores do Núcleo de Gestão Socioambiental, servidores da Corregedoria-Geral da Justiça, servidores dos grupos executivos e das comarcas, pelo comprometimento na execução das ações que foram realizadas não somente em atendimento ao caráter cogente do ofício, mas de bom grado e voluntariamente.

Frisou que a execução da temática da sustentabilidade possibilita oferecer um novo sentido ao exercício do ofício público, de modo a exercê-lo de forma mais agradável, com dedicação e amor pelo que faz. Que estamos vivenciando um novo patamar devido

às ações, projetos executados e aqueles que ainda serão implantados pela próxima Gestão. Isto nos dá a certeza que estamos trabalhando não só para melhoria do presente momento, mas, também, para garantir um futuro mais promissor.

Registrou que o teor dos Relatórios de desempenho 2019 e 2020 evidencia efetivo avanço do desempenho socioambiental deste Poder. Sendo assim, o Plano de Logística Sustentável é um importante instrumento de gestão estratégica devido seu caráter interdisciplinar, por isto, deve ser mais bem utilizado no planejamento das ações considerando a serie histórica de gasto e consumo dos indicadores.

Frisou sobre a importância da sustentabilidade em todos os seus aspectos, e que as diretrizes publicadas pelo Conselho Nacional de Justiça e as ações desenvolvidas pelos tribunais superiores direcionam para a concessão de prioridade no tratamento do tema.

Desse modo, acredita ser urgente e imprescindível que a alta gestão deste Tribunal, repense sobre a atuação do Núcleo de Gestão Socioambiental, de modo a ampliar sua estrutura, atribuições e competência, uma vez que está se tornando pequeno para atender a demanda surgida.

Há de se notar que houve considerável economia com alguns indicadores do PLS, pois foram reduzidos mais de seis milhões de reais nas despesas, conforme apurado até setembro de 2020. Isto ocorreu não somente pelo advento da Pandemia, mas também pela tomada de decisão e execução efetiva de ações que mitigaram a elevação dos gastos.

Este fato reforça a importância do Plano de Logística Sustentável não somente para o aspecto econômico, mas igualmente, para o cumprimento da Missão do Poder Judiciário do Tocantins, que é prover uma justiça célere, justa e eficaz voltado à sustentabilidade. Faz votos de que na próxima gestão a colheita de bons frutos seja maior e melhor.

Posteriormente, oportunizou o uso da palavra a servidora Leila, que iniciou agradecendo a todos os presentes pelas contribuições na execução do PLS ocorridas durante o ano de 2020, especialmente, ao doutor Jonas Demóstene, que com maestria conduziu ações que produziram bons resultados para a sustentabilidade do Tribunal.

Estendeu seus agradecimentos aos diretores administrativos ao mencionar que ocorreu grande evolução da qualidade no tratamento das informações sobre os indicadores, as quais são lançadas mensalmente no sistema eletrônico SIGA. Além disso, registrou que houve grande empenho na execução das ações que impactaram positivamente nos índices obtidos pela medição dos indicadores.

Passou a expor sobre a estrutura do relatório de desempenho 2020. Em sequência, passou a mostrar os temas:

1 Variáveis Gerais, Limpeza e Reforma. Ilustrou comparativo entre os indicadores Total de terceirizados, Metragem da área construída e Gasto com contrato de limpeza no período-base e de referência.

Explicou que não houve redução da área contratada no contrato de limpeza, mas ocorreu expansão da área total dos prédios em 0,23%, e redução dos gastos com contrato de limpeza em 23,25%. Este resultado demonstrou eficiência no gerenciamento dos indicadores, pois atendeu a elevação da demanda e gerou economia de R\$ 2.027.466,78.

2 Papel: demonstrou que o consumo caiu em 82,15% e o gasto em 82,39%. O gasto com aquisição de suprimentos reduziu em 80,50%, a quantidade de impressão reduziu 57,36% e o gasto com contrato de terceirização de impressão reduziu em 34,01%, provocando a economia de R\$ 342.193,74. Explicou que a quantidade impressão é medida apenas nas unidades onde se encontra instalado o sistema de *outsourcing* de impressão.

3 Copo descartável para água e café: houve redução do consumo em 85,53% e do gasto em 89,59%, economia equivalente a R\$ 85,346,07.

4 Embalagens descartáveis (1,5l e 500ml): ocorreu redução de 64,89% do consumo e do gasto em 67,91%, economia gerada de R\$ 42.882,56.

5 Embalagens retornáveis (20l): ocorreu redução de 44,74% do consumo e redução do gasto em 44,74%, economia gerada de R\$ 60.166,52.

Nos itens do almoxarifado, a redução alcançada ocorreu, em parte, pelas ações executadas pela Diretoria Administrativa dentre elas, a instituição dos subalmoxarifados nas comarcas que contribuiu para melhoria da dinâmica e do controle da distribuição dos itens.

6 Total de linhas telefônicas fixas e móveis, Gasto com telefonia fixa e móvel: demonstrou que houve elevação no total de linhas fixas (0,36%) e móveis (12,47%) como também no gasto com telefonia fixa (12,47%) e móvel (0,25%). Elevação de R\$ 57.192,73, do gasto com telefonia fixa e de R\$ 17.999,58 gastos com telefonia móvel.

O surgimento da Pandemia contribui para o aumento da demanda pelos serviços de telefonia e de *internet*, conseqüentemente, o gasto e o consumo de linhas foram elevados. No entanto, a elevação foi mitigada pela instalação do sistema VoIP em alguns prédios, efetuada pela Diretoria de Tecnologia da Informação.

7 Consumo de energia elétrica e gastos com energia elétrica: correu redução tanto do gasto (23,10%), quanto do consumo (25,20%). Economia alcançada de R\$ 1.125.722,27.

Em 2020 foram instaladas, pela Diretoria de Obras e Infraestrutura, mini-usinas de geração de energia fotovoltaicas nos prédios de Miracema, Paraíso e prédio sede do Almoxarifado. Além disso, foi realizada pela Diretoria Administrativa a negociação tarifária com a concessionária pública Energisa, fazendo que os valores contratados fossem reduzidos.

8 Consumo e gasto com água e esgoto: houve redução do consumo (20,79%) e do gasto (21,59%). Economia alcançada: 176.727,76.

Foram instados, em alguns prédios, reservatórios para aproveitamento das águas pluviais e sistema de aproveitamento das águas dos ares-condicionados para regajem de jardins.

9 Gasto com reformas: o total investido a mais que em 2019 foi de R\$ 274.346,35, equivalente a 7,31%. Este resultado foi positivo tendo em vista que o parâmetro a ser alcançado, de acordo com as diretrizes do CNJ, é de elevação dos valores investidos.

10 Vigilância: não houve investimentos, em 2020, nos indicadores de vigilância permanecendo o mesmo valor gasto em 2019, qual seja, R\$ 4.743.491,52. Sendo assim, a meta não foi alcançada, uma vez que o parâmetro a ser alcançado, de acordo com as diretrizes do CNJ, é de elevação dos valores investidos.

11 Quilometragem, Total de veículos a diesel, Total de veículos de serviços, Total de serviços para transportes de magistrados, Gasto com contrato de motorista e Gasto com manutenção de veículos: o total de veículos que compõe a frota oficial foi elevada em 2,30%; os gastos com contrato de motorista reduziram em 34,68% e gasto com manutenção de veículos reduziram em 43,68%. Economia gerada pelo indicador GCM de R\$ 339.733,64 e R\$ 333.563,13.

12 AQV-Total de ações de qualidade de vida, PQV-Participação em ações de qualidade de vida, AS-Quantidade de ações solidárias, OS-Participação em ações solidárias e Anc-Total de ações de inclusão: os indicadores AQV sofreu redução de 88,68%, PQV de 13,43%, AS 87,95%.

As ações dos indicadores de Participação em ações solidárias e Ações de inclusão sofreram crescimento de 495,23% e 57,14%.

13 ACap-Ações de participação e sensibilização e Participação em ações de capacitação e sensibilização:

Mencionou que os efeitos da pandemia foram sentidos na execução dos indicadores listados nos itens 12 e 13, pois foram significativas as quedas dos índices das ações realizadas e das participações do corpo funcional, com exceção dos indicadores Ações de inclusão e da Participação em ações solidárias que sofreram considerável elevação.

Apresentou resultado descrito no quadro resumo do PLS, demonstrando a evolução dos quantitativos dos consumos, dos totais de ações de ações realizadas e dos totais de gastos, indicadores, série histórica, variação entre o período 2020/2019, a meta estipulada para 2020 e o resultado das metas.

Informou que as metas estabelecidas possuíram como objetivo reduzir, aumentar ou manter o gasto e consumo em relação ano de referência (2019). Para análise das metas foram utilizadas como parâmetros, os conceitos de meta superada, meta alcançada e meta não alcançada, que serão representadas por meio de símbolos na versão final do Relatório.

Das 21 metas estipuladas para os quantitativos dos consumos e dos totais de ações, 15 foram superadas, 01 foi alcançada e 05 não foram alcançadas. Das 08 metas estipuladas para gastos, 05 foram superadas e 03 não foram alcançadas. Dos indicadores nos quais foram medidos os gastos, o indicador gasto com telefonia fixa e móvel e gastos com reforma sofreram elevação de valores no total de 349.538,66. No entanto, a economia total alcançada pelos demais indicadores foi de 4.352.760,93.

Após a apresentação do teor do Relatório, a desembargadora Ângela Prudente, ressaltou que o Plano de Logística Sustentável é um valioso instrumento de gestão estratégica administrativa, o qual possibilita aos gestores tomarem decisões com mais rapidez, transparência e segurança, visto que apresenta o planejamento das ações, o modo de execução e avaliação por meio da série histórica do gasto e consumo dos indicadores cujo resultados servem de base para planejamento de todo e quaisquer cenários futuros das diversas áreas do Tribunal.

Franqueou a palavra ao excelentíssimo desembargador Pedro Nelson, que agradeceu a todos pelo empenho na execução do PLS. Igualmente, ao excelentíssimo desembargador-Presidente o doutor Helvécio de Brito Maia pela excelente gestão desempenhada, que nos permitiu avançar em todas as direções, a excelentíssima desembargadora Ângela Prudente pela boa condução dos trabalhos concernentes ao PLS e ao doutor Jonas, Diretor Geral, pelo apoio administrativo conferido ao NUGES e demais setores. Ressaltou que é importante alcançarmos economia por meio das ações do PLS, mas frisou que estão sendo obtidos avanços ambientais consideráveis, a exemplo, elevação em 154,12% do consumo de etanol. Fez menção elogiosa aos trabalhos executados pelos diretores Rogério, Wallson e Marcelo. Citou as implantações das usinas fotovoltaicas, de reuso de água pluviais e execuções das obras de modo mais sustentáveis.

A desembargadora Ângela oportunizou a palavra ao doutor Jonas, que a agradeceu por compartilhar, por meio de sua prática e exemplo, sua longa e exitosa experiência na área da Administração Judiciária. Agradeceu ao desembargador Pedro Nelson, e aos demais presentes pela dedicação na execução das atividades administrativas. Ressaltou a importância da sustentabilidade no aprimoramento das ações do Tribunal, que os resultados dos indicadores são imprescindíveis para medir o grau de eficiência da gestão e direcionar as futuras ações a serem executadas.

A desembargadora Ângela expressou seu contentamento em saber que o doutor Jonas irá continuar à frente do Tribunal de Justiça, como Diretor Geral, no próximo biênio. Expressou suas qualidades ao desempenhar o cargo, dentre estas, a facilidade no trato, a fraternidade, a solidariedade, a eficiência na tomada de decisões e a sensibilidade em tratar questões cotidianas.

O diretor administrativo, doutor Ronilson, iniciou sua fala registrando que a CGPLS e o NUGES são os setores competentes para traçar as diretrizes da sustentabilidade que norteiam os demais setores administrativos. Mencionou que algumas ações implantadas (sub-almojarifados e negociação tarifária de energia elétrica) ou que serão implantadas

(sistema de frota) apresentarão resultados somente em curto, médio e longo prazo. Agradeceu o apoio administrativo efetuado pelo Núcleo de Gestão Socioambiental e colocou-se a disposição sempre que se fizer necessário.

O Diretor Rogério Canalli, agradeceu ao excelentíssimo Desembargador-Presidente Helvécio de Brito Maia, a desembargadora Ângela Prudente e ao desembargador Pedro Nelson, pelo apoio à execução das ações do PLS relacionadas à Diretoria de Obras e Infraestrutura. Externou seu prazer em trabalhar com a temática da sustentabilidade, fez citação à recente implantação da usina fotovoltaica no prédio do Almoxarifado, cujos resultados de economia já estão sendo auferidos e se mostram satisfatórios. Fez citação ao apoio dado pelo doutor Jonas, doutora Glacielle, Chefe de Gabinete da Presidência e ao NUGES na execução do planejamento anual das ações do PLS.

O Diretor de Gestão de Pessoas, o senhor Antônio Rezende, ratificou que o planejamento anual de ações de qualidade de vida restou prejudicado devido os reflexos causados pela Pandemia. Dentre as ações não executadas citou o projeto Judiciário na medida, programa de Atenção à Saúde, Corrida do Judiciário e de Preparação para Aposentadoria. No entanto, mesmo diante das dificuldades surgidas conseguiu readequar o planejamento e executar algumas ações na modalidade virtual, dentre elas, o projeto Pilates.

A desembargadora Ângela comentou que a DIGEP foi uma das diretorias que mais sofreu o impacto com a suspensão das rotinas presenciais, mas que tal fato não retira o mérito do excelente trabalho executado pelo diretor Antonio e toda sua equipe.

A diretora Kesia também mencionou que não foi possível realizar diversas ações planejadas em virtude da Pandemia, pois estavam voltadas para a modalidade presencial. Informou que a campanha sobre o projeto coleta seletiva está sendo preparada, em conjunto com NUGES e demais setores envolvidos, para lançamento até final de janeiro de 2021. Que a sustentabilidade está associada a nossa atividade diária e que é importante concedê-la o tratamento devido.

A desembargadora agradeceu ao brilhante trabalho executado pela diretora Kesia, o qual foi fundamental para o alcance dos bons resultados obtidos neste ciclo de execução do PLS.

Em seguida, fez uso da palavra a Chefe de Gabinete da Presidência, Glacielle Torquato, que enfatizou seu crescimento e aprendizado adquirido na convivência e no trato diário com a equipe de execução do PLS. Parabenizou a desembargadora Ângela pela disposição e troca de experiência sobre administração do Judiciário, registrando que em todas as ações em que a Desembargadora participa os resultados são palpáveis.

Notou que foi considerável a evolução do NUGES durante todo esse período, pois coordena ações de sustentabilidade junto a todos os setores administrativos do Tribunal, mesmo com conciso número de servidores conseguiu demonstrar bons resultados. Registrou que as tarefas do NUGES são de grande relevância para construção de uma

cultura organizacional mais sustentável. Agradeceu a todos os diretores e à equipe da Corregedoria-Geral da Justiça, pelo companheirismo que possibilitou o desenvolvimento de um primoroso trabalho prestado durante o biênio.

A Desembargadora Ângela registrou elogios à servidora Glacielle Torquato, ao citar sua valiosa e memorável atuação na função de Chefe de Gabinete da Presidência, especialmente, pelo excelente trato disponibilizado ao público em geral.

O coordenador de Gestão Estratégica, Wallson Brito, parabenizou a todos pelo resultado alcançado, citou que juntamente com o NUGES participou de diversos eventos de sustentabilidade, nos quais puderam presenciar a importância no cenário nacional do tratamento da temática socioambiental, fomentada pelos demais órgãos modificando.

A Desembargadora Ângela ressaltou a importância dos trabalhos da COGES para o crescimento do Tribunal, tanto na coleta de dados quanto nas demais áreas de atuações.

O membro da CGPLS, Spencer Vampré, teceu seus agradecimentos e ressaltou a importância de todos agirem de modo uníssono em torno de um mesmo propósito para o alcance de resultados mais sustentáveis e superáveis a cada ciclo de execução do PLS.

A servidora Patrícia registrou seus agradecimentos a desembargadora Ângela e ao desembargador Pedro Nelson pelo reconhecimento de seu trabalho e oportunidade de contribuir com as ações do NUGES. Ao doutor Jonas por prezar pela harmonia no ambiente de trabalho. À servidora Glacielle Torquato pelo apoio da Presidência nas execuções das ações do NUGES e à servidora Kênia Cristina, Chefe de Gabinete da Corregedoria-Geral da Justiça, citando seu vasto conhecimento sobre a estrutura do Judiciário e sua prontidão, mesmo com tantas atribuições, para responder aos questionamentos efetuados pelos servidores. Encerrou agradecendo aos diretores administrativos pelo bom atendimento nos assuntos relacionados ao NUGES.

A desembargadora Ângela registrou que a vinda da servidora Patrícia para laborar no NUGES foi um grande feito tendo em vista sua disponibilidade em somar e contribuir para a melhoria dos resultados.

A desembargadora Ângela fez agradecimentos à servidora Maria das Dores pelas contribuições nos trabalhos da CGPLS e no desenvolvimento das ações efetuadas no Fórum de Palmas e como representante do 1º Grau de Jurisdição.

Passou a palavra à doutora Kênia Cristina, Chefe de Gabinete da Corregedoria-Geral da Justiça, registrando agradecimentos ao excelentíssimo desembargador Corregedor-Geral, doutor João Rigo Guimarães, pela excelente execução da temática da sustentabilidade no âmbito da Corregedoria e do 1º Grau de Jurisdição, cujos resultados impactaram positivamente na obtenção do Selo CNJ de Qualidade. Afirmou que o referido Órgão é pioneiro na instituição da coleta seletiva e desenvolve diversas ações na área da sustentabilidade.

A doutora Kênia Cristina enfatizou que apesar de laborar há vinte e dois anos no Judiciário, não havia feito reflexões acerca da importância do tratamento da temática da sustentabilidade na esfera pública.

Que conheceu o projeto Preservar mais é consumir menos, implantado na CGJUS pelo desembargador Helvécio de Brito Maia, inclusive, recebeu premiação pelo bom êxito na gestão de resíduos sólidos. Informou que ampliou o escopo do projeto para atender ações de cunho social e outras formas de economia de recursos financeiros do Tribunal.

Agradeceu à desembargadora Ângela, ao desembargador Pedro Nelson e aos servidores do NUGES pelo exitoso trabalho que está sendo efetuado. Mencionou que futuramente o NUGES poderá deixar de ser um núcleo para se tornar uma coordenação ou diretoria, devido ao alargamento de atribuições e exigência de atuação para atender as diretrizes do CNJ e alinhar-se aos demais tribunais e órgãos da Justiça. Que na próxima gestão devemos nos esforçar mais ainda para aquisição de melhores resultados. Colocou-se a disposição e agradeceu a Chefe de Gabinete da Presidência, Glacielle Torquato, pela parceria enfatizando a importância de se desenvolver a gestão do Tribunal de forma conjunta e harmônica com a CGJUS.

Seguidamente, a desembargadora Ângela oportunizou a finalização dos trabalhos à servidora Leila. Ao iniciar sua fala expressou sua satisfação pelos bons resultados alcançados nos anos de 2019 e 2021, os quais só foram alcançados devido o esforço conjunto da Presidência, da CGJUS, dos membros da CGPLS, do Diretor Geral Jonas Demóstene e demais diretores administrativos e servidores.

Expressou sua gratidão à desembargadora Ângela pelo companheirismo e a liberdade proporcionada na realização dos trabalhos do NUGES. Neste biênio muito aprendeu com seu companheirismo, bondade e dinamismo. Acompanhou a gestão da Desembargadora como Presidente do Tribunal de Justiça, desde então aspirava trabalhar com a mesma, por ter profunda admiração e respeito nutridos pelo seu trabalho ao presenciar os resultados alcançados nos projetos desenvolvidos durante sua Gestão, em especial, o projeto Qualidade de vida e Gestão por competência.

Continuou agradecendo ao desembargador Pedro Nelson de Miranda Coutinho pela bondade em lhe estender o convite para trabalhar com sustentabilidade, pois nutria apreço pelo tema desde tempos remotos. Que credita esses feitos a sua bondade e altruísmo, bem como a Deus pelos projetos que lhe delineou, pois nenhuns destes podem ser frustrados.

Que o trabalho do NUGES é realizado em equipe, da qual faz parte o servidor Julio e Patrícia. O servidor Julio muito auxiliou nas ações do projeto Justiça Cidadã. A servidora Patrícia está desempenhando sua função com excelência e em muito está contribuindo para o crescimento do Núcleo.

Agradeceu ao doutor Jonas Demóstene pelo apoio administrativo na implementação do PLS, bem como pela atenção e presteza concedida aos servidores do NUGES.

Estendeu agradecimentos à Chefe de Gabinete da Presidência Glacielle Torquato, registrando sua competência e bondade em compartilhar informações, da mesma maneira, sua prontidão em atender as demandas do NUGES. Os resultados obtidos neste biênio superaram todas as expectativas iniciais. A execução do PLS tomou outra dinâmica e isto só foi possível graças ao apoio administrativo, a transparência e a liberdade para trabalhar concedidos pela Presidência.

Por fim, agradeceu nominalmente aos diretores administrativos e membros da CGPLS pela dedicação e apoio na execução do PLS, neste biênio. Colocou-se a disposição de todos e da nova Gestão para continuar a desempenhar sua função comprometendo-se em empreender meios para buscar melhorias dos resultados.

Encerrando os trabalhos a desembargadora Ângela reforçou seus agradecimentos aos servidores do NUGES e demais presentes. Afirmou que o Judiciário está em constante construção, novos desafios estão sendo postos, que esse clima de companheirismo, amizade e união está além das obrigações impostas tornando mais fácil e agradável o cumprimento do dever da função pública. A sustentabilidade não trabalha só refletindo no presente ou no passado, mas vislumbra o futuro de modo sistêmico e com uma visão sustentada por Deus.

Deliberação: Foi aprovado o Relatório de desempenho no qual contém os resultados da execução do PLS no período de 2020, o qual será diagramado e remetido ao Conselho Nacional de Justiça, até 28 de fevereiro de 2021.